



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**TERMO DE REFERÊNCIA
FORNECIMENTO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS
CONTRATAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 213/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ../2024**

1.CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO


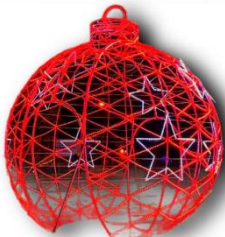
1.1. Contratação de empresa especializada em locação, montagem, instalação, manutenção e retirada de Decoração Natalina para atender as atividades alusivas ao Natal Despertando Sonhos 2024 do município de São Miguel do Iguaçu – PR. **no período de 06/12/2024 a 06/01/2025**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GROPO DE ITENS	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	01	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA LUMINOSA “BRAÇO DE POSTE, PAPEI NOEL E CAIXAS DE PRESENTES”, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA E ADORNADA COM MANGUEIRA DE LED 13MM NAS CORES BRANCO E VERMELHO, MEDINDO ENTRE 1,35 X 1,50M DE ALTURA E 0,70 E 1,00M DE LARGURA;</p> <p>LOCAL DA DECORAÇÃO: (Luminárias das ruas: Vânio Ghellere, Farroupilha, Castro Alves, AlfredoChaves, Santa Terezinha, Duque de Caxias e Nereu Ramos).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 29 de novembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc.	149	410,00	61.090,00







ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

02	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA LUMINOSA “PAPAI NOEL GIGANTE” CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA CONTORNADA COM MANGUEIRA DE NEON NAS CORES VERMELHO E BRANCO, MEDINDO ENTRE 3,00 E 3,50M DE ALTURA; LOCAL DA DECORAÇÃO: (Estrutura da rua coberta na rua Santa Terezinha).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	18	2.650,00	47.700,00
03	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA LUMINOSA “BOLA TÚNEL GIGANTE” CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA, CONTORNADA COM MANGUEIRA DE LED 13MM, BRANCA E VERMELHA, E ADORNADA COM CORDÃO DE LED FLASH COM DIÂMETRO DE 2,2MM, MEDINDO ENTRE 4,00 E 5,00M DE DIÂMETRO/ALTURA; INSERIR NO SEU ENTORNO FIGURAS COM MOTIVOS NATALINOS.LOCAL DA DECORAÇÃO: (Praça central Henrique Ghellere).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	01	13.600,00	13.600,00



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

04	<p>LOCAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA DENOMINADA “PALMEIRA DE LUZ” COM TRÊS CÚPULAS. MEDINDO 5,00X3,60M COM 24 HASTES, CONTORNO DUPLO DE MANGUEIRA LUMINOSA LED 12 OU 13 MM COM NO MÍNIMO 30 LÂMPADAS POR METRO BRANCO OU VERDE. TRONCO NO FORMATO TRIPÉ, DECORADO COM MANGUEIRA LUMINOSA LED BRANCA OU COLORIDO.</p> <p>(Praça central Henrique Ghellere).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	02	3.800,00	7.600,00
05	<p>LOCAÇÃO DE “MANGUEIRA LED CHATA / FITA LED” SMD 5050 BRANCO FRIO ÂNGULO DE ABERTURA 180° PARA TRONCO DE ÁRVORES.</p> <p>LOCAL DA DECORAÇÃO:</p> <p>(Todas as árvores plantadas na Praça central Henrique Ghellere e na Avenida Willy Barth).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	2.000m	12,90	25.800,00



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

06	<p>LOCAÇÃO DE “CASCATA 400 LÂMPADAS” LED BRANCO, FIOBRANCO, FIXO, 220V. LOCAL DA DECORAÇÃO: (Pergolados da Avenida Willy Barth e guarita prainha).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	50	150,00	7.500,00
07	<p>LOCAÇÃO DE “REFLETOR RGB”, POTÊNCIA MÍNIMA 200W.LOCAL DA DECORAÇÃO: (Marquises parte da frente e de trás da Prefeitura).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	20	280,00	5.600,00





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

08	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA LUMINOSA “LETREIRO DE FELIZ NATAL COM ESTRELA CADENTE” EM ESTRUTURA METÁLICA E CONTORNADA COM MANGUEIRA NEON NA COR BRANCO OU DOURADO.</p> <ul style="list-style-type: none">- LETREIRO MEDINDO NO MÍNIMO 8,00X1,30M;- ESTRELA CADENTE”, TAMANHO MÍNIMO: 6,00M X 1,00M <p>LOCAL DA DECORAÇÃO: (Marquise parte da frente da Prefeitura).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	01	5.253,80	5.253,80
09	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA LÚDICA NATALINA, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA, DENOMINADA “LETREIRO 2025” COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 2,80M ALTURA X 6,00M LARGURA X 0,25M PROFUNDIDADE. ESPECIFICAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none">- O LETREIRO DEVE CONTER OS NÚMEROS QUE COMPÕE O 2025 EM CAIXA ALTA, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 2,00M DE ALTURA POR 1,00M DE LARGURA X 0,25M DE PROFUNDIDADE. ENTRE AS LETRAS DEVE CONTER UMA IMAGEM/FORMA QUE PERMITA UMA PESSOA SE POSICIONAR EM BAIXO PARA REGISTRO FOTOGRÁFICO. ESSA FORMA DEVE TER NO MÍNIMO 2,80M DE ALTURA X 2,00M DE LARGURA X 0,25M DE PROFUNDIDADE. TODO O CONJUNTO DEVE SER CONTORNADO COM MANGUEIRA DE LED 13MM, COM NO MÍNIMO 30 LÂMPADAS POR METRO E PREENCHIDO COM CORDÃO DE LED COM ESPESSURA DE 2,2MM DE DIÂMETRO. <p>(Frente da Prefeitura).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação	01	12.050,00	12.050,00





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

	<p>elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc.</p> 			
10	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA LUMINOSA TIPO “BRAÇO DE POSTE MODELO ESTRELAS”, CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA E ADORNADA COM MANGUEIRA DE LED, MEDINDO NO MÍNIMO: 1,70M DE ALTURA E 0,70 ‘A 1,00M DE LARGURA; LOCAL DA DECORAÇÃO: (Luminárias centrais da prainha). - Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024. - Manutenção no período natalino. - Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025. - A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc.</p> 	08	400,00	3.200,00





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

11	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA LUMINOSA “LETREIRO BOAS FESTAS” EM ESTRUTURA METÁLICA E CONTORNADA COM MANGUEIRA DE LED 12 OU 13MM NA COR BRANCO OU VERMELHO, MEDINDO NO MÍNIMO 4,50M DE COMPRIMENTO E 0,70CM DE ALTURA.</p> <p>LOCAL DA DECORAÇÃO: (Entrada prainha).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	01	2.500,00	2.500,00
12	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA LUMINOSA “ÁRVORE DE LED” CONE/SEXTAVADA EM ESTRUTURA METÁLICA CONTORNADA COM MANGUEIRA LED NAS CORES BRANCO OU COLORIDA, MEDINDO 4,00M DE ALTURA; ESTRELA TRIDIMENSIONAL OITOPONTA PARA O TOPO DA ÁRVORE.</p> <p>LOCAL DA DECORAÇÃO: (Calçada central prainha).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	01	3.900,00	3.900,00





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

13	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA LUMINOSA “ÁRVORE DE NATAL COM FESTÃO”. TAMANHO: ENTRE 2,60 A 3,00M DE ALTURA. ADORNADA COM CORDÃO DE LUZES LED COM ESPESSURA DE 2,2MM, COM NO MÍNIMO 1.200 LÂMPADAS.E DECORADA COM NO MÍNIMO 250 PÍNDURICOS COM MOTIVOS NATALINOS (BOLAS, LAÇOS, FLORESETC.) ESTRELA TRIDIMENSIONAL 80 X 80 PARA O TOPO DA ÁRVORE.</p> <p>LOCAL DA DECORAÇÃO: (Recepção Hospital e Maternidade São Miguel Arcanjo).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	01	2.723,50	2.723,50
14	<p>LOCAÇÃO DE “ANJO TRIDIMENSIONAL (3D) ESTILIZADO”, CONFECCIONADO EM METALON, CONTORNADO COM MANGUEIRA LUMINOSA LED 13 MM COM NO MÍNIMO 30 LÂMPADAS POR METRO E ADORNADA COM CORDÃO DE LED FIO TRANSPARENTE. TAMANHO MÍNIMO: 2,00M DE ALTURA.</p> <p>LOCAL DA DECORAÇÃO: (Laterais da entrada do Hospital e Maternidade São Miguel Arcanjo).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc.	02	2.200,00	4.400,00

				
15	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA LUMINOSA “ÁRVORE SEXTAVADA NO FORMATO DE TÚNEL”, PARA O PÚBLICO INTERAGIR E TIRAR LINDAS FOTOS. CONFECCIONADA EM ESTRUTURA METÁLICA, DECORADA COM MOTIVOS NATALINOS E CONTORNADA COM MANGUEIRA LED 13MM NAS CORES VERMELHO E AMARELO, MEDINDO ENTRE 6,00M A 7,00M DE ALTURA; ESTRELA TRIDIMENSIONAL PARA O TOPO DA ÁRVORE.</p> <p>LOCAL DA DECORAÇÃO: (Estacionamento atrás da Prefeitura ou Rua Coberta).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc.	01	17.500,00	17.500,00
				





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

16	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA DE FIBRA DE VIDRO “BONECO DE NEVE” COM CHAPÉU”, MEDINDO ENTRE 1,15 A 1,50M DE ALTURA; LOCAL DA DECORAÇÃO: (Estacionamento atrás da Prefeitura ou Rua Coberta).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	02	2.750,00	5.500,00
17	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA DE FIBRA DE VIDRO “BENGALA” NA COR BRANCO E VERMELHO, CONTORNADA COM MANGUEIRA DE LED NA COR BRANCO, MEDINDO NO MÍNIMO 2M DE ALTURA; LOCAL DA DECORAÇÃO: (Estacionamento atrás da Prefeitura ou Rua Coberta).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	02	1.532,73	3.065,46





ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

18	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA DE FIBRA DE VIDRO “PHOTOFACE COM UMPAPAI NOEL E DOIS DUENDES, PACOTES DE PRESENTE E 01 ARCO LUMINOSO ESCRITO FELIZ NATAL.”, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,00 X 1,90M X 0,30CM; LOCAL DA DECORAÇÃO: (Estacionamento atrás da Prefeitura ou Rua Coberta).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	01	3.300,00	3.300,00
19	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA DE FIBRA DE VIDRO “BOTA DO PAPAINOEL”, MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,40 X 1,00 X 0,80M. LOCAL DA DECORAÇÃO: (Estacionamento atrás da Prefeitura ou Rua Coberta).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	02	1.900,00	3.800,00




ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

20	<p>LOCAÇÃO DE FIGURA DE FIBRA DE VIDRO “CAIXA DE PRESENTE” NA COR VERMELHO E VERDE MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,00X0,80 X 0,80CM (TRÊS TAMANHOS DIFERENTES); LOCAL DA DECORAÇÃO: (Estacionamento atrás da Prefeitura ou Rua Coberta).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	03	2.100,00	6.300,00
21	<p>LOCAÇÃO DE “AVIÃO COM PAPAI NOEL AVIADOR NA CABINE DE PILOTAGEM E ASSENTO EXTRA PARA INTERAÇÃO COM O PÚBLICO INFANTIL”. FIGURA TRIDIMENSIONAL, CONFECCIONADA EM FIBRA DE VIDRO, COM ACABAMENTO AUTOMOTIVO POLICROMADO NAS CORES DO NATAL. TAMANHO MÍNIMO: 2,00M DE ALTURA, 4,00 DE LARGURA E 4,00 DE COMPRIMENTO, COM ACESSO PARA O PÚBLICO FAZER FOTOS; LOCAL DA DECORAÇÃO: (Estacionamento atrás da Prefeitura ou Rua Coberta).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	01	23.900,00	23.900,00




ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

22	<p>LOCAÇÃO DE ESTRUTURA EM MADEIRA “CASA DO PAPAI NOEL”, NA COR BRANCA E VERDE, COM TELHADO, VARANDA, JANELAS E PORTA DE ENTRADA E SAÍDA COM ACESSIBILIDADE, MEDINDO NO MÍNIMO ENTRE 4,20 X 3,20M, CONTORNADA COM CORTINA LUMINOSA LED BRANCA OU COLORIDA, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA POLTRONA GRANDE NA COR VERMELHO;</p> <p>LOCAL DA DECORAÇÃO: (Estacionamento atrás da Prefeitura ou Rua Coberta).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc. 	01	14.175,02	14.175,02
23	<p>LOCAÇÃO DE KIT NATALINO DENOMINADO “PRESEPIO NATALINO E ANJOS” EM ESTRUTURA METÁLICA CONTORNADO COM MANGUEIRA LUMINOSA LED BRANCA, CONTENDO OS SEGUINTE COMPONENTES COM MEDIDAS MÍNIMAS DE:</p> <ul style="list-style-type: none">- JOSÉ: MEDINDO 1,36 X 0,80CM;- MARIA: MEDINDO 1,20 X 0,80CM;- MENINO JESUS NA MANJEDOURA: MEDINDO 0,65X 0,40CM;- 03 REIS MAGOS: MEDINDO 2,00X 0,60CM;- PASTOR: MEDINDO 2,20X 0,80CM;- ESTÁBULO COM ESTRELA CADENTE: MEDINDO 2,20X0,80CM.- 06 “ANJOS”, COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 1,80 X 0,90CM, CONTORNADO POR MANGUEIRA LUMINOSA LED. <p>(Estacionamento atrás da Prefeitura ou Rua Coberta).</p> <ul style="list-style-type: none">- Montagem e instalação elétrica até dia 06 de dezembro 2024.- Manutenção no período natalino.- Desmontagem e recolha, a partir de 06 de Janeiro de 2025.- A Empresa deverá fornecer todo o material necessário para a montagem e instalação elétrica, como: cabos, fios, fita isolante, abraçadeira, arame e ganchos, etc.	01	8.634,10	8.634,10



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

					
	24	“PROJETO ELÉTRICO” , HOMOLOGAÇÃO DO CONSUMO DAS FIGURAS LUMINOSAS JUNTO A COPEL.	01	2.602,28	2.602,28
	VALOR TOTAL R\$				291.694,16

1.2 O fundamento da contratação é:

1.2.1. A realização de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico (art 28, inciso I) do tipo menor preço, na forma de disputa aberta.

1.3. O(s) objeto(s) desta contratação são caracterizados como **comum(ns) (Art. 6º, inciso XIII, da Lei 14133/2021)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O(s) objeto (s) desta contratação **não são qualificados como itens de luxo**, consoante indicado no §1º do artigo 39 do Decreto 115/2023.

1.5. Em se tratando de serviços, **não haverá emprego de mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva.**

1.6. O objeto será em **grupo de itens.**

1.7. Os preços máximos admitidos no presente certame são os unitários e globais descritos na tabela acima.

1.8. Havendo divergência na descrição dos itens, isto é, entre o Catálogo do Sistema de Compras do Governo Federal/CATSER/CATMAT, com Edital, com e/ou Estudo Técnico Preliminar e/ou Termo de Referência, prevalecerá a descrição contida no presente Termo de Referência.

2. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Não se aplicam às regras do Sistema de Registro de Preços a presente Licitação.

3. DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

- 3.2. Poderão ser celebrados diversos contratos para cada preço registrado ou cada objeto adjudicado, a critério da administração pública, consoante artigo 49 da Lei 14133/2021.
- 3.3. Será celebrado um termo de contrato, ou documento equivalente, para cada fornecedor contratado, consoante indica o artigo 95 da Lei 14133/2021.
- 3.4. Na hipótese de substituição do termo de contrato, será considerada a vigência da contratação na forma do artigo 95 da Lei 14.133/2021.
- 3.5. Os contratos, seus termos aditivos celebrados pela Administração Municipal adotarão a forma eletrônica, nos termos da Lei [14.063/2020](#).
- 3.6. Caso haja recusa ao atendimento da ordem de fornecimento/serviço, ou recusa da assinatura ou aceite dos termos da contratação, pelo licitante melhor colocado, será convocado o próximo licitante nas mesmas condições do melhor classificado. No caso de registro de preços, será convocado o próximo da lista de classificação da Ata.
- 3.7. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração verificará a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.
- 3.8. Somente no caso de ausência de impedimentos é que será possível a efetivação da contratação.
- 3.9. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas deste processo, e em acordo com a Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 3.10. O prazo de execução do Contrato é o prazo de fornecimento ou execução do objeto, indicado em cláusula própria do presente termo de referência.
- 3.11. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 3.12. Ao longo de toda a execução do contrato, o contratado deverá cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.
- 3.13. A execução do Contrato será **fiscalizada** na forma da Lei 14133/2021 e do Decreto Municipal 115/2023 e consoante cláusula própria do presente termo de referência.
- 3.14. O objeto deverá estar devidamente instalado para fiscalização de montagem até às 20h do dia 06/12/2024 nos seguintes locais:** ruas Vânio Ghellere, Farroupilha, Castro Alves, Alfredo Chaves, Santa Terezinha, Duque de Caxias, Nereu Ramos e Avenida Willy Barth; árvores da praça central Henrique Ghellere; marquises baixas e pontos específicos da Prefeitura Municipal e em torno, rua coberta, estacionamento atrás da Prefeitura; pontos específicos do Hospital e Maternidade São Miguel Arcanjo; pontos específicos do Terminal Turístico Balneário Ipiranga, todos os locais citados possuem pontos de energia para a instalação.
- 3.15. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- 3.16. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- 3.17. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 3.18. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º deste artigo.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

3.19. A contratação poderá ser alterada na forma e critérios dos artigos 124 da Lei 14133/2021.

3.20. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) (art. 124, inciso I, da Lei 14133/2021).

3.21. As alterações contratuais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

3.22. Registros de ocorrências contratuais que não caracterizam alteração contratual serão realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, nas seguintes situações:

3.22.1. Variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

3.22.2. Atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

3.22.3. Alterações na razão ou na denominação social do contratado;

3.22.4. Empenho de dotações orçamentárias e as respectivas atualizações de créditos orçamentários;

3.23. O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.24. Os casos de extinção do contrato estão elencados no artigo 137 e 138 da Lei 14133/2021.

3.25. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas do ETP e/ou termo de referência.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. Trata-se da realização de todos os serviços necessários para a concretização da decoração natalina em pontos específicos do município de São Miguel do Iguaçu, utilizando estruturas metálicas, cordão de luzes, mangueiras de LED, estruturas em fibra de vidro, etc. A empresa Contratada deverá apresentar funcionários qualificados e ferramentas/equipamentos de segurança próprios para fazer a montagem, a manutenção durante o período do contrato, caso seja necessário e a posterior desmontagem.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Sustentabilidade

6.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

6.1.2. A contratada deverá empregar, sempre que possível e no que couber para a correta execução do objeto, materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental, bem como, atender as exigências da **ABNT NBR 5410**.

6.3. Subcontratação

6.3.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

6.3.2. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em: Contratação de empresa especializada em locação, montagem, instalação, manutenção e retirada de Decoração Natalina para atender as atividades alusivas ao Natal Despertando Sonhos 2024 do município de São Miguel do Iguaçu – PR. no período de 06/12/2024 a 06/01/2025.

6.3.3. Será admitida a subcontratação de até 50% dos quantitativos e valores do contrato, abstraindo-se as parcelas principais do objeto.

6.3.4. A subcontratação deverá ser comunicada pelo contratado à Diretoria de Licitações e Contratos, que avaliará a prova da capacidade técnica da empresa a ser subcontratada, quando houver, relativa à sua parcela de execução.

6.3.4.1. A subcontratada deverá possuir capacidade técnica suficiente para execução da parcela que assumir.

6.3.4.2. Para fins de comprovação da capacidade técnica da empresa a ser subcontratada, poderá ser apresentado atestado de capacidade técnica emitido em data posterior à data da licitação.

6.3.4.3 A subcontratação deverá privilegiar ME/MEI/EPP, conforme artigo 48, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/06.

6.3.4.4. A subcontratação não transfere ao subcontratado a responsabilidade contratual pela execução, nem eximirá o contratado de entregar o objeto integralmente executado, sob pena de extinção contratual e aplicação das sanções cabíveis

6.3.4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

6.4. Garantia da execução do contrato

6.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

6.5. Exigências da Contratação

6.5.1. O objeto deverá estar devidamente instalado para fiscalização de montagem até às 20h do dia 06/12/2024 nos seguintes locais: ruas Vânio Ghellere, Farroupilha, Castro Alves, Alfredo Chaves, Santa Terezinha, Duque de Caxias, Nereu Ramos e Avenida Willy Barth; árvores da praça central Henrique Ghellere; marquises baixas e pontos específicos da Prefeitura Municipal e em torno, rua coberta, estacionamento atrás da Prefeitura; pontos específicos do Hospital e Maternidade São Miguel Arcanjo; pontos específicos do Terminal Turístico Balneário Ipiranga, todos os locais citados possuem pontos de energia para a instalação.

6.5.2. A contratada deverá apresentar obrigatoriamente:

a. Certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região a qual está vinculado, comprovando atividade relacionada e semelhante ao objeto da licitação e acervo técnico referente à Decoração Natalina.

b. Capacidade técnico operacional comprovada mediante apresentação de atestado ou declaração de capacidade técnica fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome do licitante, comprovando que este executou serviços semelhantes ao objeto da licitação e com dimensões aproximadas.

c. Certidão de registro do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região a qual está vinculado, comprovando atividade relacionada e semelhante ao objeto da licitação, em nome do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços e com atribuição pertinente ao serviço. Outros: manutenção preventiva e corretiva (no máximo 12 horas após a apresentação do defeito do equipamento) laudo anual de revisão estrutural, cumprimento da NR10 ou superior (elétrica para iluminação noturna); prova de atendimento aos requisitos nas normas regulamentadoras NR10 - segurança em instalações e serviços em eletricidade, portaria MTE 598/2004 e NR35 - trabalho em altura, Portaria SIT nº 313/2012.

d. Atestado de capacidade técnica, de no mínimo 30% do valor total do objeto a qual apresentar proposta, fornecido por empresa de iniciativa pública ou privada.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

e. Deverá retirar o objeto em até 5 dias após a finalização da temporada natalina, que finaliza no dia 06/01/2025, portanto, deverão ser retirados no prazo máximo de 11/01/2025, sendo que será gerado multa de 2% do valor total da contratação, por dia de atraso.

6.6. Marcas e Modelos (art. 41, da Lei nº 14.133, de 2021)

6.6.1. A presente licitação não exige a indicação de marca ou modelo específico de produto ou serviço.

6.7. Vistoria (somente prestação de serviços)

6.7.1. Os fiscais do contrato apresentarão os locais a serem decorados em cada ponto, assim como disponibilizarão e definirão a infraestrutura elétrica para o funcionamento das luzes da decoração.

7. MODELO DE EXECUÇÃO E/OU FORNECIMENTO DO OBJETO

7.1. Condições de execução dos serviços ou fornecimento dos bens

7.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.2. Cronograma de realização dos serviços:

7.2.1. A prestação dos serviços ou entrega dos bens será de 06/12/2024 a 06/01/2025 durante a realização do evento Natal Despertando Sonhos 2024, e o objeto deve estar devidamente instalado até às 20h do dia 06 de dezembro de 2024, para fiscalização e retirados até às 18h do dia 06 de janeiro de 2025.

7.2.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.3. Garantia, manutenção e assistência técnica

7.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

7.4. Local e horário da prestação dos serviços ou entrega dos bens

7.4.1. Os serviços serão prestados em ruas centrais e pontos específicos do Município de São Miguel do Iguaçu, conforme orientação da Secretaria requisitante e citados neste Termo e no Estudo Técnico Preliminar.

7.5. Rotinas a serem cumpridas

7.5.1. As estruturas e materiais deverão ser instaladas até às 20:00 horas do dia 06/12/2024 para realização de testes e seguranças pela própria empresa contratada, sob fiscalização.

7.6. Materiais a serem disponibilizados

7.6.1. A contratação em comento possui exigência única de pontos de energia a serem disponibilizados para o devido funcionamento do objeto.

7.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato

7.7.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. A Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo é a demandante, e será responsável pela designação formal do gestor dos contratos, e na ausência de indicação expressa, o respectivo Secretário Municipal como gestor do contrato.

8.1.1. O Secretário Municipal designará os agentes públicos que atuarão como fiscal e como suplente.

8.3. A Administração Municipal respeitará, em relação aos seus contratos e atas de registro de preços, os princípios da boa-fé, da lealdade e da segurança jurídica e primará pelo respeito mútuo, boa convivência, transparência, cordialidade, diálogo e pontualidade.

8.4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

8.5. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.6. A administração pública municipal respeitará as vedações do caput do artigo 48 da Lei 14133/2021.

8.7. O Contratado observará as vedações do parágrafo único do artigo 48 da Lei 14133/2021.

8.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.9. O Município de São Miguel do Iguaçu, por meio do gestor contratual ou do fiscal do contrato, poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.10. Antes do início da execução contratual, quando necessário e em razão da natureza e complexidade do objeto do contrato, o gestor do contrato convocará os fiscais do contrato e o representante do contratado para reunião inicial, com o objetivo de explicar pontos relevantes relacionados ao cumprimento de deveres e obrigações contratuais, em especial, a entrega do objeto, emissão da nota fiscal e pagamento, aplicação de sanções, atividades de gestão e fiscalização e outros que se mostrarem pertinentes, conforme o caso concreto, buscando dirimir as dúvidas existentes e assegurar o bom andamento da execução.

8.11. A reunião, que poderá ser presencial ou por videoconferência, deverá ser registrada em ata e juntada aos autos do processo administrativo de gestão e fiscalização do contrato, indicando-se expressamente na ata os canais de comunicação que serão utilizados rotineiramente para a comunicação entre o representante da Administração Municipal e o preposto do contratado, privilegiando-se sempre a comunicação eletrônica.

8.12. Gestor Contratual

8.12.1. São atribuições do gestor do contrato e da ata de registro de preços, dentre outras:

8.12.2. Coordenar e supervisionar os fiscais no desempenho de suas atribuições;

8.12.3. Manifestar-se em caso de prorrogação de prazos, vantajosidade da manutenção do contrato, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

8.12.4. Realizar os procedimentos de prorrogação de prazos, alterações contratuais, reequilíbrio econômico-financeiro e extinção contratual;

8.12.5. Acompanhar a execução do objeto, por meio dos relatórios e demais documentos elaborados pelos fiscais;

8.12.6. Notificar o contratado sobre irregularidades não saneadas e sobre a abertura de processo administrativo sancionador;

8.12.7. Ordenar, cautelarmente, a suspensão da execução contratual;

8.12.8. Encaminhar pedido para instauração de processo administrativo sancionador;

8.12.9. Outras atividades compatíveis com a função.

8.13. Preposto

8.13.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

8.13.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.14. Regime de Fiscalização Contratual

8.14.1. O modelo de gestão e fiscalização compreende a fiscalização técnica e administrativa.

8.14.2. Será aberto um livro de registro para cada contrato, onde serão anotadas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato.

8.14.3. Caso haja alguma divergência de quantidade ou qualidade, será determinada a regularização das faltas, defeitos e vícios observados.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

8.14.4. O contratado será formalmente cientificado de qualquer irregularidade e poderá manifestar-se no prazo de 2 (dois) dias úteis, devendo a administração pública responder em igual prazo.

8.14.5. A fiscalização da Contratação não excluirá e nem reduzirá a responsabilidade do contratado, quanto a má execução por sua parte, da parcela que lhe cabe, sendo obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

8.14.5.1. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, que implique na redução da qualidade do serviço entregue, afasta a aplicação de sanção, mas não autoriza o pagamento integral de valores.

8.14.6. Caso necessário, o Fiscal explicará ao contratado as dúvidas administrativas e técnicas surgidas na execução do objeto contratado.

8.14.7. A fiscalização será exercida conforme o **cronograma de fornecimento ou data programada para parcela única, conforme o caso**, oportunidade em que serão aferidas as medições dos serviços executados, e avaliadas as planilhas de medição emitidas conforme disposto em contrato, bem como quantidade e qualidade de itens entregues (no caso de fornecimento de bens).

8.14.8. Durante a **vigência do contrato**, serão verificadas a **qualidade, a quantidade e o uso correto dos materiais (inclusive equipamentos e epis) necessários à execução do contrato**.

8.14.8.1. Será exigida a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços, exigíveis para a perfeita execução do objeto; também exigirá o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho; e determinará, quando for o caso, motivadamente, a substituição de empregado do contratado ou subcontratado que estiver comprometendo o bom andamento da execução;

8.14.9.2. Poderão ser requeridos testes, exames e ensaios, quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

8.14.10. Serão conferidas todas as notas fiscais emitidas.

8.14.11. A qualquer tempo e antes da assinatura do contrato e de qualquer pagamento, serão verificadas a validade e armazenados os documentos de comprovação da regularidade fiscal, previdenciária, FGTS, tributária e trabalhistas do contratado;

8.14.12. A qualquer tempo e antes da assinatura do contrato e qualquer pagamento, serão verificadas as ocorrências de causas impeditivas, anotadas no TCE PR, TCU, CEIS, CNEP, CNJ e cadastro municipal de fornecedores;

8.15. Designação Do Fiscal Do Contrato

8.15.1. A fiscalização será realizada por um ou mais fiscais, conforme necessário, em razão da natureza do objeto e das características do contrato.

8.15.1.1. Caso houver necessidade de acordo com a especificação do objeto a ser licitado, será instituída uma comissão para recebimento do mesmo.

8.15.1.2. Em objetos que envolvam baixa complexidade técnica e local único de entrega, o gestor, após justificativa técnica, poderá designar apenas um fiscal, que exercerá as funções de fiscal administrativo e técnico.

8.15.1.3. Os contratos realizados em múltiplos lugares, que demandem acompanhamento constante, deverão ter, no mínimo, 1 (um) agente público formalmente designado como fiscal setorial para cada um dos locais de execução.

8.15.2. Os agentes relacionados à gestão e fiscalização dos contratos deverão ser informados, quando da sua designação, das atribuições envolvidas e não poderão recusar a designação, mas poderão manifestar-se, de forma motivada, sobre eventual ausência de condições para o desempenho das suas atribuições.

8.15.2.1. No mesmo ato em que se designar o fiscal do contrato, será designado o seu suplente, que será formalmente convocado na ausência do fiscal, assumindo, a partir de então e até o retorno do fiscal, a responsabilidade pela fiscalização do contrato.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

8.15.2.2. Quando a suplência decorrer de férias, licença ou outro evento de duração estendida, o fiscal deverá comunicar, formalmente, a ausência ao gestor do contrato ou da ata de registro de preços.

8.15.3. Os agentes públicos relacionados à gestão e fiscalização dos contratos deverão informar eventual existência de relacionamento direto com o contratado que caracterize conflito de interesses, sob pena de responsabilização administrativa.

8.15.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), constantes da **Portaria nº 167/2024**.

8.15.4.1. A emissão dos termos de recebimentos provisório e definitivo, dentro dos prazos estabelecidos, é dever do fiscal do contrato ou da comissão de recebimento designada, conforme o caso, e seu descumprimento ensejará apuração de responsabilidade.

8.16. Fiscalização Administrativa

8.16.1. O fiscal administrativo do contrato verificará **a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário** (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

8.16.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

8.16.3. Quando não houver risco de prejuízo à correta execução das suas atribuições, a fiscalização técnica e a fiscalização administrativa poderão ficar a cargo do mesmo agente público.

8.16.4. Durante a execução dos contratos e das atas de registro de preços, o gestor de contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação pelo contratado pelo intermédio de auto declaração, cabendo ao contratado informar, se houver, a mudança da sua situação, sob pena de infração equiparada à declaração falsa, com a correspondente sanção.

8.16.5. A ausência de declaração por parte do contratado presume a manutenção das condições de habilitação.

8.16.6. Nas hipóteses em que houver alteração de condição de habilitação:

8.16.6.1. O contratado deverá providenciar a regularização, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ocorrência que gerou o não atendimento da condição de habilitação; e

8.16.6.2. Será aplicada multa mensal de 1% (um por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade, aumentando a multa para 2% (dois por cento), caso o não atendimento das condições de habilitação persista por mais de 60 (sessenta) dias.

8.16.6.3. A Administração Municipal poderá diligenciar as condições de habilitação do contratado e, obedecido ao devido processo administrativo para apuração de responsabilidade, aplicar sanção pelo descumprimento da obrigação de informar a mudança da sua situação, conforme previsão contratual.

8.16.7. Quando, por motivo não imputável ao contratado, comprovadamente, não for possível obter, diretamente do órgão ou entidade responsável, documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo preposto, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis, devendo o contratado providenciar as certidões, no prazo de 10 (dez) dias, contados da assinatura ou prorrogação do contrato ou da ata de registro de preços.

8.16.8. A fiscalização administrativa do Contrato resultante do presente certame ficará sob a responsabilidade da servidora **Vania Orestes Gonzaga**, conforme termo de designação em anexo.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

9.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.1.2. Não produzir os resultados acordados,

9.1.3. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

9.1.4. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.2. Na avaliação do cumprimento das obrigações para o recebimento do objeto, deverão ser consideradas as obrigações contratualmente estabelecidas que:

9.2.1. Forem relevantes para o resultado buscado com a contratação;

9.2.2. Objetivam garantir o estrito cumprimento da proposta apresentada pelo contratado;

9.2.3. Objetivam aferir o cumprimento de disposições legais ou equivalentes, relacionadas à execução contratual.

9.3. O objeto contratual poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades

9.4. Recebimento Provisório

9.4.1. Os serviços serão **recebidos provisoriamente**, em até **5 (cinco) dias úteis** contados da entrega do objeto, pelo fiscal do contrato, mediante lista de verificação que demonstre a conformidade do bem ou serviço com as exigências contratuais; e as compras serão recebidas provisoriamente em até 7 (sete) dias contados da entrega do objeto, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

9.4.1.1. O prazo da disposição anterior será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere à parcela a ser paga.

9.4.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

9.4.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

9.4.4. O fiscal setorial, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo e comunicará os fiscais técnico e administrativo, bem como o gestor para eventuais providências.

9.4.5. No caso de fornecimento de itens em **parcela única**, em objetos de baixa complexidade, com endereço indicado para entrega no almoxarifado do município, o servidor daquele departamento realizará o recebimento provisório, conferindo tão somente as quantidades.

9.4.5.1. O fiscal técnico e o fiscal administrativo serão notificados a respeito deste recebimento, e promoverão as rotinas de verificação, o recebimento provisório sob o ponto de vista que lhe competem;

9.4.5.2. A aceitação, do ponto de vista do item anterior, pelos fiscais técnicos e definitivos, enseja o recebimento definitivo do contrato;

9.4.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento (quando houve várias entregas programadas), o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.4.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

9.4.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.4.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

9.4.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.4.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.5. Recebimento Definitivo

9.5.1. Os serviços e as compras serão **recebidos definitivamente**, em até 7 (sete) dias contados do recebimento definitivo, por comissão formada pelo fiscal do contrato e, no mínimo, 2 (dois) servidores públicos efetivos, designados pelo secretário demandante, para efeito de verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação, por meio de lista de verificação que demonstre o atendimento de todas as exigências contratuais, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.5.1.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.5.1.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.5.1.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas (art 162 do Decreto 115/2023); e

9.5.1.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.5.1.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.5.1.6. O recebimento definitivo poderá ser realizado diretamente pelo fiscal, sem a formação de comissão, nos contratos até metade do valor limite de dispensa de licitação previstos nos incisos I ou II do caput do art. 75 da Lei nº [14.133](#), de 2021, consoante §1º do art. 161 do Decreto Municipal 115/2023.

9.5.2. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021,



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.5.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada até que se complete 30 (trinta) dias do recebimento provisório, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5.3.1. A prorrogação desse prazo deverá ser justificada e anotada em registro.

9.5.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.5.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

9.5.6. Em se tratando de projeto de obra ou serviços de engenharia, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

9.5.7. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

9.6. Liquidação De Despesas

9.6.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, iniciar-se-á o procedimento de liquidação de despesas, que antecede ao pagamento.

9.6.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

9.6.2.1. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

9.6.2.2. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.6.2.3. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar Secretaria Municipal de Administração, para abertura de procedimento administrativo punitivo e de rescisão contratual, sendo garantida a ampla defesa;

9.6.2.4. Também deverão comunicar os órgãos de fiscalização trabalhista, FGTS, previdenciária, a existência do contrato em comento e créditos a promover em nome do fornecedor irregular;

9.6.2.5. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9.6.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.6.3.1. O prazo de validade;

9.6.3.2. A data da emissão;

9.6.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.6.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

9.6.3.5. O valor a pagar; e



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

9.6.3.6. Destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

9.6.4.1. O contratado deverá ser Notificado da irregularidade, sendo assegurada manifestação do contratado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da notificação;

9.6.5. Sendo identificada a necessidade de **glosa após a emissão da nota fiscal, a nota fiscal deverá ser cancelada e reemitida com a devida correção.**

9.6.6. Caso não seja sanada a irregularidade ou verificado o faturamento em desacordo por parte do contratado, o pagamento deverá ser glosado, na medida do descumprimento.

9.6.7. A glosa não desobriga o contratado a corrigir os vícios e defeitos até a próxima aferição, e nem exime o contratado da eventual aplicação de penalidades.

9.6.8. Havendo regularidade na execução do objeto, o pagamento dos valores devidos em razão dos contratos firmados pela Administração Municipal ocorrerá em, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento da obrigação pelo contratado.

9.6.8.1. Para os contratos de fornecimento, serão consideradas como adimplemento da obrigação pelo contratado, a data da entrega do bem e, nos demais contratos, a conclusão da atividade ou o último dia do ciclo de medição, conforme o caso.

9.6.8.2. O prazo de pagamento será suspenso nos casos em que for atestado, pelo fiscal do contrato, o não cumprimento total da obrigação contratual.

9.6.8.3. Caso o descumprimento contratual seja parcial, será liberado o pagamento da parcela executada, desde que observadas as regras de glosa.

9.6.8.4. Caso o contratado deixe de cumprir a obrigação de emissão de nota fiscal dentro do prazo de pagamento, a Administração Municipal aguardará a entrega da nota fiscal para autorizar o pagamento, o que deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias contados da entrega da nota fiscal, oportunidade em que o contratado não fará jus a correção monetária.

9.6.9. A Secretaria Municipal de Finanças disponibilizará, no sítio eletrônico oficial do município, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentaram a eventual alteração dessa ordem.

9.6.10. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária indicado **no artigo 22 da Lei Complementar Municipal 002/2011 - Código Tributário Municipal, mas não incidirão juros de mora.**

9.7. Forma De Pagamento E Retenções

9.7.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente de titularidade do contratado, que deverá ser indicada na proposta comercial.

9.7.2. Não será emitida ordem bancária em nome de terceiros ou para conta de terceiros.

9.7.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.7.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) prevista no artigo 1º do Decreto nº 460/2023, republicado em 17/07/2023, Diário Oficial Eletrônico nº 3192; e na forma da Instrução Normativa nº 2145/2023, que alterou a Instrução Normativa nº 1234/2012, ambas da Receita Federal do Brasil (RFB), nos pagamentos efetuados pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços.

9.7.5. No caso de fornecimento de bens ou de prestação de serviços amparados por isenção, deve observar a não incidência ou alíquota zero do imposto sobre a renda, na forma da legislação em vigor.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

9.7.5.1. Neste caso, a retenção do imposto será feita mediante aplicação da alíquota informada na coluna 02-IR do Anexo I, que **incidirá sobre os valores não abrangidos pela isenção, não incidência ou alíquota zero, determinada mediante a aplicação do percentual de 15% sobre a base de cálculo determinada na forma estabelecida pelo artigo 15 da Lei nº 9.249, de 1995, conforme a natureza do bem fornecido ou do serviço prestado. O percentual a ser aplicado sobre o valor a ser pago corresponderá à espécie do bem fornecido ou do serviço prestado, conforme estabelecido em contrato.**

9.7.6. As contribuições Previdenciárias serão retidas na forma da Lei 8212/1991.

9.7.7. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.7.8. A presente contratação **NÃO** permite a antecipação de pagamento.

9.7.9. Até a regulamentação na esfera municipal, eventual cessão fiduciária dos créditos do contrato, deverá observar o disposto na , nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

9.7.9.1. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.7.9.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.7.9.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

9.7.9.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.2. Regime de execução

10.2.1. Conforme justificativa no Estudo Técnico Preliminar, o regime de execução do contrato será:

10.2.2. Empreitada por preço unitário: contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;

10.3. Exigências de habilitação

10.3.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

10.3.1.1. Habilitação jurídica

10.3.1.1.1 A possibilidade, ou não, de contratação de pessoas físicas deverá ser objeto de prévia análise e manifestação técnica por parte do órgão contratante, na fase de planejamento da contratação, devendo estar evidenciada no Estudo Técnico Preliminar, em razões de ordem técnica e objetiva.

10.3.1.1.2. O Edital indicará expressa quando admitida a participação de pessoa física.

10.3.1.1.3. No caso de admissão de prestação dos serviços por trabalhador autônomo (sem vínculo de subordinação) para fins de execução do objeto da contratação pública, incluindo os profissionais liberais não enquadrados como sociedade empresária ou empresário individual, nos termos das legislações específicas, ou produtores rurais, a Pessoa física deverá apresentar cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional além do Cadastro de Pessoa Física (CPF);

10.3.1.1.4. Serão exigidos cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional além do Cadastro de Pessoa Física (CPF), será exigida do sócio majoritário, administrador e procurador de licitantes;

10.3.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.3.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

10.3.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.3.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.2. Ato de autorização para o exercício da atividade de locação de brinquedos infláveis: ART emitido por Engenheiro devidamente registrado no CREA.

10.3.3. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3.4. Em havendo dúvidas, poderão ser exigidas as certidões atualizadas dos órgãos emissores do registro comercial.

10.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

10.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

10.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.5. Qualificação Econômico-Financeira

10.5.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), **ou de sociedade simples;**

10.5.2. (Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.5.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.5.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

10.5.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

10.5.3.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.5.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.5.4.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação.

10.5.5. No caso de fornecimento de bens em parcela integral e imediata, nos termos do Acórdão do TCU 5221/2016, estão liberados da apresentação do balanço patrimonial do último exercício se o certame envolver fornecimento de bens em parcela imediata e integral, sendo exigida nos demais casos de fornecimento.

10.5.6. Nos termos do Acórdão do TCU 133/2022, **no caso de prestação de serviços, o microempreendedor individual (MEI) deve apresentar, quando exigido para fins de**



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

qualificação econômico-financeira, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, ainda que dispensado da elaboração do referido balanço pelo Código Civil (art. 1.179, § 2º, da Lei 10.406/2002).

10.5.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.5.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.6. Qualificação Técnica

10.6.1. Será exigido o preenchimento e apresentação da declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

10.6.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10.6.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço, de considerável complexidade tecnológica ou operacional, equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da **apresentação de certidões ou atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Esse critério é importante para garantir que a empresa tenha **expertise** comprovada, sendo capaz de lidar com as demandas descritas no objeto.

10.6.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

10.6.3.1.1. Comprovação de execução de serviços decoração natalina no percentual **de no mínimo 30% do valor total da contratação**;

10.6.3.2. A exigência de comprovação da capacidade técnica que se refere o tópico 10.6.3.1.1, será exigida considerando grupo de itens.

10.6.3.3. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.6.3.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

10.6.3.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.6.3.6. Apresentar Certidão de registro da **empresa** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou órgão equivalente, da região a qual está vinculado, comprovando atividade relacionada e semelhante ao objeto da licitação.

10.6.3.7. Apresentar Certidão de registro do **responsável técnico** no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou órgão equivalente, da região a qual está vinculado, comprovando atividade relacionada e semelhante ao objeto da licitação, em nome do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços e com atribuição pertinente ao serviço. Outros: manutenção preventiva e corretiva (no máximo 12 horas após a apresentação do defeito do equipamento) laudo anual de revisão estrutural, cumprimento da NR10 ou superior (elétrica para iluminação noturna);

10.6.3.7.1. Comprovação de **vínculo entre o licitante e o responsável técnico:** A comprovação do vínculo empregatício do profissional previsto neste Termo de Referência deverá ser feita mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho expedida pelo Ministério do Trabalho ou ficha de registro do empregado. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa, tal comprovação será realizada mediante a apresentação de cópia do contrato social ou certidão da Junta Comercial, ou ato constitutivo da empresa devidamente



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

atualizado.

10.7. Cooperativas:

10.7.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.7.2. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.7.3. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.7.4. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.7.5. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.7.6. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.7.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

10.7.8. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.8. Na forma do Inciso I do artigo 70 da Lei 14133/2021, a documentação relativa à habilitação e qualificação poderá ser apresentada em original, cópia autenticada por servidor, cópia autenticada em cartório ou qualquer outro meio expressamente admitido em lei.

10.9. A documentação comprobatória da habilitação e qualificação poderá ser substituída por registro cadastral emitido pelo SICAF, desde que atualizada, e permita a consulta e verificação pelo município.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 Conforme parecer contábil anexo, as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município ano 2024, de acordo com a Lei 3.740 de 19 de dezembro de 2023.

11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11.4. A presente contratação não enseja a **criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa**, para fins do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E METODOLOGIA DE FORMAÇÃO DO PREÇO



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

12.1. O custo máximo da contratação é de **R\$ 291.694,16 (Duzentos e noventa e um mil, seiscentos e noventa e quatro reais e dezesseis centavos)**, conforme custos unitários indicados na tabela do item 1.1 do presente termo de referência.

12.2. A metodologia utilizada para formação do preço base da contratação foi: **MEDIANA DE PREÇO** das/entre as fontes de referência captadas.

12.3. A metodologia de orçamentação seguiu o artigo 23 da Lei 14133/2021 e artigo 26 do Decreto 115/2023, e contou com pesquisa nas seguintes fontes:

12.3.1. PNCP: Levaram-se em consideração os valores encontrados no PNCP devido à similaridade do objeto e o tempo de contratação dos orçamentos encontrados. Como houve dificuldade na localização de contratações similares contemplando todos os itens, fora utilizada 04 (quatro) orçamentos/contratos do PNCP totalizando os seguintes itens encontrados: 01, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 14, 17, 18 e 22.

12.3.2. Como contratação anterior foi encontrado o Termo de Contrato nº 265/2023, com homologação do Pregão Eletrônico nº 108/2023, ocorrido no dia 23 de outubro de 2023, pelo Município de São Miguel do Iguaçu para os seguintes itens encontrados: 01, 05, 06, 07, 09, 10, 17, 18, 22, 23 e 24 e o Contrato 456/2023 pelo Município de São Mateus do Sul para o item 23, visando assim, a formação do preço mediano. Não foram encontrados em nenhuma das fontes acima citadas os itens 02, 12, 15, 16, 19, 20 e 21.

12.3.3. A Contratação não envolve recursos do SUS, e por isso não foi considerado o Referencial do Banco de Preços em Saúde (BPS).

12.3.4. Não tendo sido suficientes as fontes anteriores ou para ampliar a amostra, promoveu-se pedido formal de cotação a fornecedores situados no Estado do Paraná, em número mínimo de três, com as seguintes empresas:

a. Fornecedor 1:

Razão Social: JOÃO GREGORIO SOUZA NETTO EIRELI ME

CNPJ: 72.074.396/0001-22

Endereço: AV. NOSSA SENHORA DO CARMO, 1243, LINHA CARAMURU, ITAIPULÂNDIA-PR.

Telefone: 45-99931-7943

Data do orçamento: 14/10/2024

Responsável pela emissão: JOÃO GREGÓRIO

Agente público responsável pela pesquisa de preços: VÂNIA ORESTES GONZAGA

b. Fornecedor 2:

Razão Social: NATAL ARTES

CNPJ: 27.984.741/0001-00

Endereço: RUA LEANDRO AGOSTINI KRULIKOWSKI, 1085, VILA CANÁRIO, SANTA TEREZA DO OESTE-PR.

Telefone: 45-98836-8836

Data do orçamento: 16/10/2024

Responsável pela emissão: FELIPE

Agente público responsável pela pesquisa de preços: VÂNIA ORESTES GONZAGA

c. Fornecedor 3:

Razão Social: LUCIANA DA CUNHA FRANÇA EVENTOS LTDA

CNPJ: 28.028.780/0001-05

Endereço: RUA PADRE JOÃO DA VEIGA COUTINHO, 370, CIDADE JARDIM, SÃO JOSÉ DOS PINHAIS-PR.

Telefone: 41-99942-9121

Data do orçamento: 15/10/2024

Responsável pela emissão: LUCIANA

Agente público responsável pela pesquisa de preços: VÂNIA ORESTES GONZAGA

12.4 As referências de preços foram analisadas de forma crítica, a fim de se verificar a compatibilidade efetiva entre os itens cotados e o descritivo de cada item a ser contratado.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

12.4.1. Alguns itens cotados pelos fornecedores acima citados não foram considerados para a formulação da média de preços devido a discrepância com base nos valores encontrados tanto no contrato anterior do município quanto nos orçamentos oferecidos pelas empresas especializadas conforme sinalizados na Planilha Comparativa de Preços e Análise de Cotação, anexa ao presente termo.

12.5. Sistema de Registro de Preços

12.5.1. A presente contratação não se desenvolve pelo Sistema de Registro de Preços.

13. REAJUSTE, REVISÃO E REPACTUAÇÃO

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado a partir da data de apresentação da proposta no processo que deu origem ao Contrato, com a data da sessão pública (no caso de Pregão Eletrônico), ou apresentação da proposta, devendo ser considerada a que ocorreu posteriormente.

13.1.1. Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do contratado, **EXCLUÍDAS OS CUSTOS DE MÃO-DE-OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**, os preços iniciais serão **reajustados**, mediante a aplicação exclusiva para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.1.1.1. O reajuste será promovido de ofício pelo contratante, mediante a aplicação do MENOR ÍNDICE dentre os dois a seguir:

a) INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor;

b) IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo;

13.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.1.3. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

13.1.4. Nas aferições finais, os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

13.1.5. Caso os índices estabelecidos para reajuste venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

13.1.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.1.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

13.2. A **REVISÃO** do Contrato tem respaldo a TEORIA DA IMPREVISÃO, e decorre de externalidade causadora da do desequilíbrio da equação econômico-financeira do Contrato, tendo assento em FATO SUPERVENIENTE, IMPREVISÍVEL OU PREVISÍVEL DE CONSEQUÊNCIAS INCALCULÁVEIS, anormal, e indesejado e extraordinário.

13.2.1. Poderá a equação ser revista a qualquer tempo, desde que verificadas a incidência cumulativa de:

a) Evento Futuro e Incerto;

b) De Ocorrência Posterior a Apresentação da Proposta;

c) Ausência de Culpa da Contratada;

d) Alteração Desproporcional dos Encargos Assumidos pela Contratada face à retribuição do Contratante;

e) Existência de nexo causal entre a alteração dos custos com o evento e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente, em função da MAJORAÇÃO ou MINORAÇÃO dos encargos assumidos pela Contratada;

f) Seja demonstrada a RUPTURA da equação de equilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

correlata que demonstra que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

13.2.2. Não será concedida a REVISÃO CONTRATUAL, quando for hipótese de REPACTUAÇÃO e o fundamento da REVISÃO se pautar em duplicidade de incidência, isto é, uma mesma situação não pode ensejar ambas benéficas sobre o mesmo fundamento e na mesma parcela de custos.

13.2.3. O gestor do contrato deverá responder o pedido de REVISÃO CONTRATUAL em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data do fornecimento da documentação.

13.3. Nos casos em que a **contratação prever a utilização de mão-de-obra em regime de exclusividade, SOMENTE** para os indicadores relativos aos custos de mão-de-obra com CBO devidamente indicado na planilha de formação de preço base, deverá, após a lavratura do respectivo instrumento coletivo assinado pelo Sindicato e registrado no MTE (ou órgão equivalente), o CONTRATADO, solicitar a **REPACTUAÇÃO**, instruindo seu pedido com documentos pertinentes para aferição do valor a ser repactuado, e a devida correção.

13.3.1. A repactuação incidirá apenas sobre a parcela da mão-de-obra em regime de dedicação exclusiva.

13.3.1.1. Caso venha a ter fornecimento de insumos associados, o reajuste se dará pelas regras da subcláusula 13.1 e demais subdivisões.

13.3.2. O gestor do contrato deverá responder o pedido de repactuação de preços em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data do fornecimento da documentação.

13.3.3.. A formalização da repactuação se dará mediante apostila, consoante §2º do artigo 168 do Decreto 115/2023, eis que compreende simples ajuste da planilha orçamentária.

14. OBRIGAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO E DOS FUTUROS CONTRATADOS

14.1. São obrigações da Administração Pública Contratante:

14.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o este termo de referência, Edital e contrato, bem como seus respectivos anexos;

14.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

14.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

14.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

14.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

14.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

14.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

14.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.10. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.2. São Obrigações daqueles que participam do processo de seleção e contratação pública:



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

- 14.2.1. Atentar as comunicações realizadas pelos pregoeiros ou agentes de contratação;
- 14.2.2. Entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 14.2.3. Manter os termos da proposta apresentada até a assinatura do contrato;
- 14.2.4. Enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 14.2.5. Apresentar no prazo e local, a amostra quando exigida;
- 14.2.6. Celebrar o contrato e assinar a Ata de Registro de Preços, quando demandado pelo Poder Público;
- 14.2.7. Entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.2.8. Atuar de boa-fé, e com independência, moralidade, justiça e transparência em seus atos;
- 14.2.9. Apresentar na proposta produtos e serviços nas quantidades e qualidades exigidas no termo de referência;
- 14.2.10. Cumprir as condições e termos de participação no processo de contratação pública;
- 14.2.11. Não provocar atos e incidentes com vistas unicamente a tumultuar ou prejudicar o andamento do certame;
- 14.2.12. Assumir integralmente os riscos e os custos de sua proposta e de participação no certame ou contratação publicação;
- 14.3. São obrigações do Contratado:**
 - 14.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes do Contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
 - 14.3.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
 - 14.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 14.3.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 14.3.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
 - 14.3.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
 - 14.3.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
 - 14.3.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
 - 14.3.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

14.3.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

14.3.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.3.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para a qualificação, na contratação direta (art. 92, inciso XVI, da Lei 14133/2021);

14.3.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021);

14.3.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a obrigação prevista ao item 14.3.12, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

14.3.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

14.3.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

14.3.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

14.3.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

14.3.20. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, inclusive orientando e fornecendo os EPI - Equipamentos de Proteção Individual e locais adequados de descanso para seus empregados.

14.3.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

14.3.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

14.3.23. Comprovar o cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato;

14.3.23.1. Nas obrigações e serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o contratado deverá apresentar, mensalmente e quando solicitado pela Administração, além das disposições indicadas ao item 14.3.22, o registro de ponto; o recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário; comprovante de depósito do FGTS; o recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional; o recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato; o recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

14.3.24. Prestar a Garantia da Execução contratual, nos termos e formas exigidas pelo Edital e Lei 14133/2021.

14.4.24 Reparar, integralmente, independente de aplicação de penalidades, eventual prejuízo causado ao erário.

14.4. O estabelecimento das disposições aos itens 14.1, 14.2, 14.3, não impede o estabelecimento de obrigações específicas previstas no Edital e no Contrato, bem como não exclui as obrigações que decorrem de lei, que independem de previsão nestes documentos.

15. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, aquele que participar do processo de licitação ou contratação, e agir com dolo ou culpa incidido em conduta que:

I - de causa à inexecução parcial do contrato;

II - de causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - de causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1. Advertência;

15.2.1.1. A sanção **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14133/2021 - **dar causa à inexecução parcial do contrato**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.2. Multa;

15.2.2.1. A sanção prevista na multa, calculada na forma 10% do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14133/2021, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

15.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

15.2.3.1. A **sanção impedimento de licitar e contratar**; será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14133/2021, quais sejam: **II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;** quando não



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.2.4.1. A sanção prevista no **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14133/2021](#), quais sejam: **VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.** bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo, quais sejam: **II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; III - dar causa à inexecução total do contrato; IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida**, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.3. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, **cumulativamente** ou não, à penalidade de multa.

15.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

15.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.4.2. As peculiaridades do caso concreto.

15.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

15.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

15.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.5. Procedimento Administrativo de Aplicação de Penalidade

15.5.1. Na aplicação de sanções será facultada a **defesa do interessado** no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.5.2. As sanções de multa, de impedimento de licitar e contratar com o município de São Miguel do Iguaçu e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública serão aplicadas **mediante instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, conduzido por comissão processante formada por, no mínimo, 3 (três) agentes públicos efetivos.**

15.5.3. O interessado será **notificado sobre a abertura do processo administrativo** para apuração de responsabilidade, para apresentação de defesa prévia, **no prazo da Lei Municipal nº 3.104/2018**, devendo indicar, já na defesa prévia, as provas que pretende produzir.

15.5.4. A comissão processante do processo administrativo para apuração de responsabilidade poderá, ao final do processo administrativo, arquivar o processo administrativo ou aplicar a penalidade de multa ou impedimento de licitar com o município de São Miguel do Iguaçu.



ESTADO DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

15.5.5. Da decisão que aplicar o impedimento de licitar com o município de São Miguel do Iguaçu caberá recurso administrativo, na forma da Lei Municipal nº 3.104/2018.

15.5.6. Nos casos em que a conclusão da comissão processante for pela aplicação de penalidade de **declaração de inidoneidade**, deverá ser **encaminhado parecer conclusivo ao Prefeito Municipal, que decidirá pela aplicação da penalidade ou seu arquivamento**, podendo devolvê-lo à comissão processante, para corrigir eventuais irregularidades processuais.

15.5.7. Da decisão que aplicar a declaração de inidoneidade caberá pedido de reconsideração, na forma da Lei Municipal nº 3.104/2018, à mesma autoridade.

15.5.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão **efeito suspensivo até sua decisão final** pelo Prefeito Municipal e sua utilização não poderá gerar reforma mais gravosa ao recorrente que a decisão recorrida.

15.5.9. As sanções aplicadas, de impedimento de licitar e contratar com o município de São Miguel do Iguaçu e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, serão **levadas a registro no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, no Portal da Transparência mantido pela Controladoria-Geral da União, e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme o caso.**

15.6. Na hipótese de um mesmo licitante ou contratado ser sancionado com mais de 3 (três) multas pela Administração Municipal, mesmo que em contratos distintos, o Diretor de Licitações e Contratos deverá, considerando as informações dos gestores dos contratos, avaliar a conveniência da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidade mais gravosa e extinção dos contratos vigentes.

15.7. Sobrevenindo novas condenações, no curso do período de vigência da sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, será somado ao período remanescente da sanção aplicada o tempo fixado nas novas decisões condenatórias.

15.8. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

15.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.10. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, devendo ser contatado a Secretaria Municipal de Finanças ou órgão que a substituir, para instrução do recolhimento.

15.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.12. O Município deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

15.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

15.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrente deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

São Miguel do Iguaçu, 16 de outubro de 2024.

Vânia Orestes Gonzaga
Responsável pelo Termo de Referência

ADALTO DE GOES
Secretário de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo
Decreto nº 373/2021